

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.531.070 - MG
(2019/0185734-8)**

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
EMBARGANTE : TALITA VEIGA GOMES
EMBARGANTE : WALDENIA CONCEIÇÃO VEIGA GOMES
ADVOGADO : FABIO TERTULIANO MARQUES DE OLIVEIRA - MG096965N
EMBARGADO : JERUSA ALEM
ADVOGADOS : TANIA LUIZA SALVI SCHREDER - MG109541N
IGOR IGNACIO SCHREDER - MG134165
EMBARGADO : ORIONEL BADUE ALEM
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos em face da decisão por meio da qual neguei provimento ao agravo em recurso especial (fls. 941/949, e-STJ).

A parte embargante sustenta, em síntese, que a decisão recorrida foi omissa, pela falta de manifestação a diversos aspectos. Argumentou que não foi debatida a alegação de transformação da posse precária em justa; de que houve, por parte do Tribunal de origem, análise discricionária das provas; de alteração da causa de pedir da contestação. Afirmou, também, haver omissão quanto à não análise da alegação de violação ao princípio da igualdade.

A parte embargada, regularmente intimada, não apresentou impugnação, conforme certidão de fl. 962, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

As alegações de omissão quanto às teses de transformação da posse precária em justa e de que o Tribunal de origem analisou as provas de forma discricionária não prosperam, uma vez que foram enfrentadas na decisão recorrida.

Salientou-se, naquela oportunidade, que tais pretensões demandariam o reexame da matéria fática, procedimento vedado em recurso especial, a teor da Súmula 7/STJ.

Confiram-se os seguintes trechos da decisão embargada (fls. 947/948, e-STJ):

No mérito, o Tribunal de origem, à vista dos elementos fático-probatórios constantes dos autos, concluiu que a posse não era

Superior Tribunal de Justiça

exercida com *animus domini*, razão pela qual não foi reconhecida a usucapião.

Transcrevo, a seguir, excertos do acórdão recorrido (fls. 701/702, e-STJ):

Analisando os autos, verifico que a r. sentença recorrida não merece retoques, vez que as provas produzidas não foram suficientes para comprovar a existência de todos os requisitos necessários à usucapião.

O mero fato das notificações de fls. 74/78 terem sido aviadadas antes do ajuizamento da presente ação de usucapião (notificações fl. 75v agosto/2005 e fl. 78 março/2007 - ajuizamento fl. 46 agosto/2007), aliados aos depoimentos de fls 386/390, robustecem as alegações de defesa e denotam que posse das apelantes era precária.

Destarte, conforme asseverado pela magistrada a quo, ainda que presentes alguns dos requisitos exigidos por lei, como alegado pelas apelantes, a ausência de um deles, in casu, do *animus domini*,

impede a consolidação da prescrição aquisitiva.

Ademais, a pretensão aquisitiva buscada pelo apelante deve ser provada de forma robusta, clara, sem qualquer resquício de dúvidas o que, no caso sub examine, não ocorreu.

A revisão dessas premissas demandaria o reexame da matéria fática, procedimento vedado em recurso especial, a teor da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE USUCAPIÃO. DECISÃO MONOCRÁTICA DA LAVRA DESTE RELATOR QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO. POSSE PRECÁRIA E SEM ANIMUS DOMINI. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. "Mediante a interpretação sistemática dos artigos 932, inciso IV, e 1.042, § 5º, do CPC/2015, depreende-se não existirem óbices para que o relator julgue conjuntamente, de forma monocrática, o agravo e o recurso especial quando esses sejam contrários a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça.

1.1. Não se pode perder de vista, ainda, que essa orientação

Superior Tribunal de Justiça

não ocasiona prejuízo às partes, porquanto resguardada a possibilidade de interposição do agravo interno objetivando forçar o exame da matéria pelo Colegiado competente". (AgInt no AREsp 767.850/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 01/02/2017)

2. O acórdão recorrido entendeu que a parte autora exercia posse precária e sem animus domini sobre o bem cujo reconhecimento de usucapião se buscava. Tais conclusões não se desfazem sem o reexame de provas, o que é vedado ante a incidência da Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça. Precedentes.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1172704/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 27/2/2018, DJe 5/3/2018)

Rejeitou-se, também, expressamente, a alegação de que a sentença seria nula, por considerar a existência de fato não alegado na contestação. Afirmou-se, na decisão embargada, que, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, “não há violação aos limites objetivos da causa - julgamento extra petita - quando o Tribunal, adstrito às circunstâncias fáticas e aos pedidos das partes, procede à subsunção normativa dos fatos, ainda que adotando fundamentos jurídicos diversos dos esposados pelas partes. Aplicação dos princípios *mihi factum dabo tibi ius* e *jura novit curia*, segundo os quais, dados os fatos da causa, cabe ao juiz dizer o direito” (AgInt no AREsp 1455925/GO, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 18/6/2019, DJe 28/6/2019).

Quanto à alegação de violação ao princípio da igualdade, consignei que, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, compete às instâncias ordinárias exercer juízo acerca da necessidade, ou não, de dilação probatória, tendo em vista sua proximidade com as circunstâncias fáticas da causa, cuja reanálise é vedada em recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

Constatei, ainda, que, no caso dos autos, a Corte de origem afirmou que a juíza de primeiro grau dispensou o depoimento de uma das autoras, o qual havia sido requerido pela própria magistrada, situação que afastaria a ocorrência de cerceamento de defesa.

Superior Tribunal de Justiça

Reproduzo, por oportuno, excertos do acórdão (fls. 698/699, e-STJ):

Acerca da alegação de cerceamento de defesa pela dispensa do depoimento da 2ª autora (ora 2ª apelada), mister traçar uma diferença entre depoimento pessoal e interrogatório.

Depoimento pessoal é a forma de produção de provas, requerida pela outra parte nos termos do art. 385 do CPC, que busca a confissão do fato. Assim, por ser parte do corolário do devido processo legal, direito de ampla defesa e contraditório, a dispensa do depoimento pessoal de uma das partes, uma vez requerida pela outra parte, caracteriza cerceamento de defesa.

O interrogatório, por sua vez, é ato de ofício do juiz, previsto no art. 370 do CPC, no qual o magistrado busca os fundamentos para consolidar seu convencimento, podendo ser requerido pelo juiz em qualquer momento do processo. Assim, o interrogatório é uma faculdade do juiz.

Em análise do caso em tela, verifica-se que a requisição de depoimento da parte se deu por iniciativa da magistrada de forma que se trata não de depoimento pessoal requerido por uma das partes, mas de interrogatório. A dispensa do interrogatório, por ser uma faculdade do juiz, não caracteriza cerceamento de defesa.

O alegado cerceamento de defesa pela ausência de apreciação do pedido de produção de prova que seria ainda juntada no processo em apenso e acerca da possibilidade de juntada de documento/fato novo não deve prosperar por força do art. 435 do CPC:

Art. 435. É lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados ou para contrapô-los aos que foram produzidos nos autos.

Parágrafo único. Admite-se também a juntada posterior de documentos formados após a petição inicial ou a contestação, bem como dos que se tornaram conhecidos, acessíveis ou disponíveis após esses atos, cabendo à parte que os produzir comprovar o motivo que a impediu de juntá-los anteriormente e incumbindo ao juiz, em qualquer caso, avaliar a conduta da parte de acordo com o art. 5º.

Ora, se lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos nos termos do referido dispositivo, a ausência de despacho nesse sentido não pode caracterizar cerceamento de defesa.

Verifico, assim, que a parte embargante pretende, sob o pretexto de

existência de omissão, o rejugamento da causa. Os embargos de declaração não se prestam ao rejugamento ou, simplesmente, ao prequestionamento de normas jurídicas ou temas que, segundo a ótica da parte, deveriam guiar ou conduzir a solução do litígio. Eles servem para suprimimento de omissões e esclarecimento de dúvidas e contradições do julgado, de tal forma que, se existentes tais vícios, sua correção venha eventualmente a prequestionar os pontos levantados pela parte.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ERRO MÉDICO. DANOS MORAIS. MATÉRIA DE FATO. REVISÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. CPC. ART. 535. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Não ofende o art. 535 do CPC a decisão que examina, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial.
2. "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial" (Súmula 7/STJ).
3. Consoante entendimento pacificado no âmbito desta Corte, o valor da indenização por danos morais só pode ser alterado na instância especial quando manifestamente ínfimo ou exagerado, o que não se verifica na hipótese dos autos.
4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no Ag 829.006/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/9/2015, DJe 28/9/2015).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANOS MORAIS E MATERIAIS. INDENIZAÇÃO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Não há falar em negativa de prestação jurisdicional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.
2. A reforma do julgado demandaria o reexame do contexto fático-probatório, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, a teor da Súmula nº 7/STJ.

Superior Tribunal de Justiça

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 670.511/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/2/2016, DJe 1/3/2016)

Em face do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

